

Olívio Dutra, Ministro das Cidades*

Por Adair Rocha



As grandes e médias cidades refletem a mudança de territorialidade – de rural para a urbana – sofrida no Brasil nas últimas décadas. Atualmente, o contingente urbano está na ordem de 80%. Uma enorme população concentra-se nas regiões metropolitanas, o que exige um redimensionamento das políticas nas várias esferas do Poder Público para lidar com os conflitos sociais resultantes desse processo. Esse fator foi decisivo para a criação do Ministério das Cidades. Para enfrentar as questões abissais que envolvem a mudança da qualidade de vida nos espaços urbanos, e por acumular uma larga experiência de participação, tanto nos movimentos sociais quanto nas administrações públicas (atuou como sindicalista, Prefeito de Porto Alegre e Governador do Estado do Rio Grande do Sul), Olívio Dutra tornou-se um nome credenciado para

assumir o novo órgão criado pelo Governo de Luiz Inácio Lula da Silva.

RRJ – Inicialmente, devemos denunciar nossa dificuldade em enfrentar esta situação ambígua: a relação que sempre mantivemos, de militantes e amigos, e agora a de autoridade. Aliás, queremos dizer que, com muito prazer, dirigimo-nos ao Ministro, pois, muito mais do que uma formalidade, é uma conquista.

OD – [Risos] ... nos caldearam num processo de construção da luta popular comunitária

que nos levou a governos municipais e estaduais e agora nos traz para o Governo Federal, sob o comando do companheiro Lula. Nós tínhamos uma relação de convivência e de camaradagem que naturalmente não está perdida. Então, podemos nos tratar de fulano ou de beltrano, não precisa ser o trato formal de ministro. Mas eu me honro, me orgulho da tarefa de Ministro das Cidades do Governo Lula, com a tarefa de pensar o desenvolvi-

* Entrevista concedida em seguida ao pronunciamento do Ministro no III Fórum Social Mundial de Porto Alegre, realizado de 23 a 28 de janeiro de 2003. Agradecemos o apoio técnico da equipe de filmagem do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais - Seção Brasil (CLACSO).

to urbano – de forma integrada e com o protagonismo das comunidades organizadas, do poder local, do município, da relação também federada, de qualidade com os estados, mas fundamentalmente uma atuação que faça do espaço urbano um espaço de convivência digna do ser humano.

RRJ – As cidades atualmente são uma consequência da terrível desigualdade pela forma desumana como se apresentam. Temos “cidades partidas”, “cidades cerzidas”, “cidades de Deus”, entre outras... Mas, ao mesmo tempo, tem-se muita esperança de que esses conflitos sociais possam encontrar solução pela radicalidade democrática. A proposta do Projeto Fome Zero é trazer uma certa reparação com os pobres e miseráveis, para que possam se transformar em cidadãos. O senhor poderia comentar essa transversalidade do Governo Lula e do Projeto Fome Zero com o Ministério das Cidades?

OD – Primeiro, é importantíssimo que o governo do companheiro Lula tenha invertido a pauta e, em vez de trabalhar a questão do mercado, do dinheiro, do câmbio como a principal, tenha dado prioridade à fome. Porque a fome é o resultado mais gritante das políticas neoliberais: são nove milhões de famílias sem as duas mil e seiscentas calorias diárias necessárias à sua vida. E são irmãos nossos nesse país imenso e tão rico. Então, não é só alcançar o prato de comida para quem tem fome, o que é também um gesto importantíssimo, que deve ser executado, mas é, junto com isso,

levar outro alimento indispensável para dignidade das pessoas, para que cada ser humano, nessa situação de miséria, não se torne um permanente dependente da caridade e do favor dos outros, mas possa ir construindo, com seu trabalho, saídas para essa situação, que passa pela dignificação da pessoa, pela reconquista da auto-estima, na relação solidária na sua comunidade, na sua família. O Fome Zero tem uma importância estratégica porque está ligado a uma maior produção, à produtividade e à distribuição de alimentos e da riqueza desse país, inclusive, das oportunidades de trabalho e de renda para nosso povo. E o Fome Zero, no caso do Ministério das Cidades, liga-se diretamente com o Sede Zero, pois quem tem fome de alimentos também não tem água potável e tratada para sua higiene pessoal. O Ministério das Cidades vai trabalhar conjugado, entrelaçado com o Programa Fome Zero do Ministério da Segurança Alimentar, com as ações de construção de cacimbas no semi-árido do Nordeste, por exemplo, com a construção de unidades sanitárias. E, para isso, melhorias habitacionais têm de ser feitas, para ter um telhado que garanta a colheita correta da chuva, para depositá-la saudavelmente na cacimba. Ou seja, melhorias habitacionais, cacimba, unidades sanitárias e pequenas barragens. Isto é a ação do Ministério das Cidades no Sede Zero, acoplado, casado, imbricado com o Fome Zero. E é evidente que nas favelas em que já temos ações através do Habitar Brasil, queremos também ter a atuação do Fome Zero, porque aquela comunidade me-



rece atenção e já tem um certo grau de organização que tem de servir como base para a correta aplicação do Fome Zero e do Sede Zero. Temos, ainda, na área rural, as melhorias na moradia dos 60 mil acampados e melhoria nas moradias dos quarenta mil assentados, e isto vai propiciar mais condições para que os assentados e acampados possam produzir alimentos; e eles pagarão os recursos destinados com suas safras, suas colheitas e estas, por sua vez, serão entregues para o Fome Zero. Então, esta é uma forma de encadear ações de emergência, ou seja, dar alimento para quem tem fome com ações de políticas de médio e de longo prazos que assegurem o protagonismo das pessoas e que garantam a elas instrumentos fundamentais para se realizarem como cidadãos e cidadãos e terem o ganho de sua vida pela oportunidade de trabalho digno.

AR – Por sua experiência como prefeito de um grande centro urbano e agora como Ministro, certamente cidades muito maiores e mais problemáticas têm de ser priorizadas, como é o caso de Rio de Janeiro e de São Paulo, por possuírem um grande número de favelas. A primeira proposta do Ministério, que mobilizou a opinião pública, foi a de legalização de moradias, o que provocou uma polêmica em função dos conflitos existentes entre associações de moradores e de favelas, que têm sido tradicionalmente as representantes dos espaços locais, devido à presença, em

algumas comunidades, do tráfico de drogas. Como o Ministério pretende enfrentar essa questão?

OD – Primeiro, eu tenho alguma experiência, sim, porque fui prefeito de Porto Alegre, o primeiro de uma seqüência do Partido dos Trabalhadores e dos partidos da Frente Popular, porque o PT sempre governou com os partidos do campo democrático e popular – PSB, PCdoB, PCB. Temos essa experiência de ter governado e implementado o orçamento participativo num município como o de Porto Alegre. Portanto, acumulo a experiência de ter governado o Estado do Rio Grande do Sul com a proposta de desenvolver o orçamento participativo abrangendo os 497 municípios do Rio Grande. Mas, essa não é uma experiência só minha, é uma experiência coletiva, não só das equipes de governos dos municípios e do estado, mas uma experiência coletiva dos movimentos e dos partidos que atuam juntos, porque governamos muitas cidades do país, de diferentes portes e em regiões metropolitanas ou não, e também alguns estados. É evidente que o espaço do país, desse continente que é o Brasil, é rico em desafios, com uma complexidade bem maior. Portanto, não cabe aqui transplantar mecanicamente experiências, mas tê-las como uma base importante de aprendizado para dar saltos de qualidade na condução da coisa pública e na construção e definição de políticas públicas. São os partidos do campo democrático e o Partido dos Trabalhadores, com sua história de 23



anos, que obtiveram esses acúmulos. Estamos credenciados, o governo em seu conjunto, tendo à frente esse grande companheiro, o presidente Lula, para executar as transformações demandadas há tanto tempo pelo povo brasileiro. Por isso, o governo Lula tem essa referência de esperança, e nós queremos honrar isso. Vamos trabalhar constantemente estimulando o protagonismo do povo, a participação, a organização comunitária, a cidadania exercida plenamente e de forma solidária. Os municípios terão um papel destacado, pois eles compõem a Federação brasileira, constituída pelo governo da União, Distrito Federal, governos estaduais e municipais. Então, tem de haver uma relação de respeito entre os entes federados. Até para não desperdiçar dinheiro dos orçamentos da União, dos estados e dos municípios. Até para se ter um controle público maior dos orçamentos, de sua construção, das definições de prioridades, tem que se estimular a participação das pessoas, inclusive, na discussão do orçamento público em todos os níveis. No Ministério das Cidades queremos ter o Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano, o Conselho Nacional das Cidades, como resultado de um processo de conferências das cidades, em cada município; conferências das cidades nos estados; e uma conferência nacional das cidades. Quanto à questão fundiária, ela é seríssima. O solo urbano precisa ser democratizado e usado na sua função social, assim como as reformas agrária e urbana são uma exigência

para o desenvolvimento harmônico do país. Há situações em que as pessoas estão morando e, com sacrifício, melhorando a sua moradia em áreas que não são contestadas há mais de cinco anos, não são mananciais, nem áreas de preservação, nem áreas de risco; logo, essas pessoas já preencheram os critérios fundamentais do Estatuto das Cidades. Por que não temos uma campanha de regularização fundiária, já que estão atendidos os requisitos do Estatuto das Cidades, para que essas pessoas tenham titulação de sua pequena propriedade, a única que têm (até 250 metros, conforme preceitua o Estatuto, não é considerada área de preservação, nem de risco)? Se as pessoas estão ali, com sacrifício, fazendo melhorias em suas casinhas, por que não ter o título, por que não ter escritura? Essa é uma ação que tem de ser do Poder Público, da União, em combinação com os poderes públicos estaduais e municipais e com o protagonismo das organizações das comunidades, suas associações comunitárias e de bairro. Porém, quem dá o título não é a associação, quem dá o título é o Poder Público, por isso temos de contar com os cartórios nesse mutirão, não os cartórios para arrancar dinheiro da população, dinheiro que ela não tem, para pagar a escritura. Tem de haver gratuidade para a pequena propriedade nessas condições, contanto que elas já tenham preenchido os critérios do Estatuto das Cidades. Essa é uma campanha para a qual teremos de ter o concurso de todos os agentes:



associações comunitárias, poder local, entidades dos urbanistas, engenheiros e arquitetos, agentes sociais, organizações não-governamentais. Assim, temos certeza de que o resultado de uma campanha de regularização fundiária vai possibilitar que milhares de famílias, tendo a escritura de sua pequena propriedade, possam também ter registrado o seu pequeno negócio e possam acessar um pequeno financiamento. Com isso, ganham todos: o Poder Público, a cidadania, a comunidade, para se viver dignamente no espaço urbano.

RRJ – A Universidade, localizada no coração urbano, tem contribuição a dar, por meio de seus pesquisadores e pensadores?

OD – Sem dúvida alguma temos muita expectativa. Até porque é na universidade que se trava o bom debate de idéias e se aperfeiçoam os projetos; local nascedouro de muitas idéias e propostas. É um espaço fundamental, em particular a universidade pública. Queremos, então, contar com as universidades, em especial as públicas, como parceiras desde o

mutirão da regularização fundiária até as fases políticas mais gerais, de organização do espaço urbano, da moradia, do saneamento, do transporte, do trânsito. E, claro, contar com sua participação e representação no Conselho Nacional das Cidades.

RRJ – O senhor gostaria de dizer alguma coisa ao povo do Rio de Janeiro?

OD - Eu queria agradecer ao bravo e alegre povo carioca a oportunidade que tive muitas vezes de encontrar com amigos e pessoas da luta social, popular e comunitária, mas também a luta prazerosa pelo bem viver e pelo bem conviver, porque a cidade tem de ser espaço do bom viver e do bom conviver. A cidade não pode ser esse espaço de dor que tem sido hoje, no qual uma grande parcela, senão a maioria, sofre a cidade enquanto uma pequena parcela usufrui. Nós queremos que a cidade símbolo da alegria brasileira, que é o Rio de Janeiro, possa universalizar essa alegria. Não padronizar, mas universalizar. E que cada cidadão, carioca, brasileiro, tenha o direito de ser feliz. Um abraço aos cariocas, ao bravo povo do Rio de Janeiro.



